



CAMPUS BALSAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA, LÍNGUA INGLESA E
RESPECTIVAS LITERATURAS

BRUNO DOS REIS MIRANDA

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM ALUNOS AUTISTAS: desafios e
possibilidades em uma escola pública de Balsas**

Balsas - MA
2024

BRUNO DOS REIS MIRANDA

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM ALUNOS AUTISTAS: desafios e
possibilidades em uma escola pública de Balsas

Monografia apresentada junto ao curso de Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Balsas, para obtenção de grau de Licenciado em Letras.

Balsas - MA
2024

M672e

Miranda, Bruno dos Reis

Ensino de língua portuguesa com alunos autistas: desafios e possibilidades em uma escola pública de Balsas. / Bruno dos Reis Miranda. – Balsas, 2024.

49 f.

Monografia (Graduação em Letras) Universidade Estadual do Maranhão – UEMA / Balsas, 2024.

Orientadora: Prof.^a Ana Patrícia Sá Martins

Autismo. 2. Ensino de Língua Portuguesa. 3. Educação Inclusiva. I. Título.

CDU: 616.89

Elaborado pela bibliotecária Maria da Consolação Coelho Rocha CRB 13/604

BRUNO DOS REIS MIRANDA

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COM ALUNOS AUTISTAS: desafios e possibilidades em uma escola pública de Balsas

Monografia apresentada junto ao curso de Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Balsas, para obtenção de grau de Licenciado em Letras.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ANA PATRÍCIA SÁ MARTINS COSTA
Data: 02/01/2025 07:24:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Patrícia Sá Martins - (Orientadora)
Doutora em Linguística Aplicada
Universidade Estadual do Maranhão

Documento assinado digitalmente



ANTONIA APARECIDA PEREIRA BORGES
Data: 02/01/2025 16:36:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.Ma.Antônia Aparecida Pereira Borges
Mestra em Letras: ensino de Língua e Literatura
Universidade Estadual do Maranhão – Campus Balsas
(1º membro)

Documento assinado digitalmente



JAQUELINE DE ARAUJO COSTA CAMPOS
Data: 03/01/2025 09:07:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.Esp.Jaqueline Araujo Costa Campos
Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Universidade Estadual do Maranhão – Campus Balsas
(2º membro)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que estiveram ao meu lado durante a graduação. Em especial, ao meu irmão caçula e à minha mãe, que são e sempre serão minhas maiores fontes de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família e aos amigos por todo o apoio durante a graduação, em especial a Gustavo Lopes e Maria Fernanda, cujos companheirismos e incentivo foram fundamentais ao longo dessa jornada. Agradeço também à minha orientadora, a Professora Dra. Ana Patrícia Sá Martins, por me apresentar novas possibilidades dentro da graduação e por me introduzir a pesquisa através do grupo de pesquisadores MELP (Multiletramentos em Ensino de Língua Portuguesa), onde aprendi a importância de alinhar a práxis do educador a uma corrente anticolonialista. Por fim, expresso minha gratidão a todo o Departamento de Letras pelos ensinamentos recebidos ao longo do curso.

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças.”

(Andrea Ramal)

RESUMO

Este estudo qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental analisa a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino de Língua Portuguesa em uma escola da rede municipal de Balsas, Maranhão. Motivado por experiências pessoais e pela participação no grupo de pesquisa MELP, o trabalho investiga os desafios enfrentados por professores e a eficácia das estratégias pedagógicas adotadas. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários direcionados a professores de Letras e à coordenadora do setor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com análises fundamentadas em Bardin (1977). Os resultados indicam a insuficiência de formação docente e a carência de parcerias institucionais como entraves à inclusão. Conclui-se que a efetivação da inclusão requer investimentos em capacitação continuada e ações práticas para consolidar políticas educacionais.

Palavras-chave: autismo; ensino de língua portuguesa; educação inclusiva.

ABSTRACT

This qualitative, exploratory, bibliographic, and documental study examines the inclusion of students with autism spectrum disorder (ASD) in Portuguese language education at a municipal school in Balsas, Maranhão. Motivated by personal experience and participation in the MELP research group, the research investigates the challenges faced by teachers and the effectiveness of implemented pedagogical strategies. Data collections were conducted through questionnaires addressed to Portuguese teachers and the coordinator of the Specialized Educational Assistance (SEA) department, with analyses based on Bardin (1977). The findings highlight insufficient teacher training and a lack of institutional partnerships as barriers to inclusion. It concludes that effective inclusion demands continuous training investments and practical actions to consolidate educational policies.

Keywords: autism; portuguese language teaching; inclusive education.

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
DCTMA	Documento Curricular do Território Maranhense
IDEB	Índice de desenvolvimento da Educação Básica
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TID	Transtorno Invasivo do Desenvolvimento
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perguntas divididas por eixos temáticos a respeito da inclusão escolar de alunos autistas	33
Tabela 2 - Perguntas Não Respondidas e Problemáticas sobre a Educação Inclusiva na Rede Municipal	35
Tabela 4 - Formação específica para trabalhar com alunos TEA.....	37
Tabela 5 - Principais desafios enfrentados pelos docentes.....	38
Tabela 6 - Estratégias didáticas utilizadas pelos docentes	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM TEA.....	17
3	METODOLOGIA.....	28
3.1	Cenário da pesquisa e instrumentos de geração de dados.....	28
3.2	Procedimentos de Análise	30
4	DESAFIOS E POSSIBILIDADES À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA	33
4.1	O papel da coordenadora do setor de AEE	33
4.2	Perspectivas dos docentes.....	37
4.3	Perspectivas da professora de AEE	40
4.3.1	Desafios	41
4.3.2	Possibilidades	42
5	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A sala de aula é um dos primeiros espaços que irão estimular a socialização entre indivíduos durante a infância, processo fundamental onde as crianças começam a entender como é importante conviver harmoniosamente em sociedade, porém precisamos entender que esse espaço durante muito tempo foi extremamente excludente.

A palavra inclusão por vezes num contexto pedagógico parece muito utópica pensando nos desafios enfrentados pelos professores em sala de aula, sobretudo pensando na realidade dos alunos autistas que necessitam de diversas demandas que por vezes são impossibilitadas por burocracias políticas enraizadas num sistema educacional segregacionista.

Sim existem muitos desafios, mas é necessário pensarmos que nossas dificuldades em sala de aula não podem justificar a omissão a qual esses alunos estão sujeitos, ou seja devemos buscar contornar nossas barreiras para que assim seja possível pensarmos em caminhos onde floresçam possibilidades para alcançarmos a inclusão.

A escola escolhida para esta pesquisa é uma instituição rede municipal situada na zona urbana de Balsas no centro da cidade, selecionada devido ao elevado número de alunos autistas, o que a torna um campo relevante para o estudo das práticas pedagógicas inclusivas. Com 576 matrículas e 39 professores, a escola conta com 52 casos registrados de educação especial e, segundo o IDEB de 2023, e não possui taxa de evasão escolar.

Essa pesquisa teve como ponto de partida uma lacuna observada dentro das aulas relacionadas a área de conhecimento de linguagens seja na minha perspectiva de parente próximo de pessoas dentro do espectro, ou nas minhas experiências como estagiário na rede municipal da cidade observei que as atividades direcionadas a esses alunos os infantilizam demais, fazendo assim que seus respectivos potenciais não fossem explorados.

A partir dessas experiências surgiu uma outra percepção a respeito da contrastante realidade entre o que é proposto pelas diretrizes educacionais e o que realmente acontece em sala de aula, apesar da legislação ter avançado muito, a falta de uma infraestrutura que atenda às necessidades desses alunos e a ausência de profissionais com qualificações necessárias ainda são fatores gritantes de como a

exclusão ainda se manifesta de forma muito presente nas comunidades educacionais.

Portanto devemos pensar sempre nas vozes e nos potenciais apagados por conta da falta de informação e do capacitismo muitas vezes praticado dentro da sala de aula através de estruturas preconceituosas enraizadas dentro da comunidade educacional, logo é crucial que como futuros educadores nós não sejamos coniventes com o preconceito, A inclusão escolar só será efetiva quando as escolas puderem contar com o apoio necessário para promover a formação contínua de seus docentes e para dispor de materiais pedagógico que atendam as particularidades do autismo.

A partir dessas reflexões, emergiram questionamentos sobre a relação entre o ensino de Língua Portuguesa para alunos autistas e a realidade educacional do município de Balsas, MA. Esses questionamentos servem como elementos norteadores deste estudo, direcionando a investigação para os desafios e possibilidades encontrados no contexto educacional local.

Diante dos desafios que o ensino de Língua Materna para alunos autistas impõe no contexto de uma escola pública de Balsas, o presente estudo busca investigar as possíveis soluções e limitações que surgem neste cenário educacional. A questão principal que orienta este trabalho é: quais são os desafios e as possibilidades no ensino de Língua Portuguesa para alunos autistas em uma escola pública de Balsas?

Além disso, surge a necessidade de pensar em outros questionamentos: como os trabalhos acadêmicos tratam o ensino de língua portuguesa para alunos autistas? Por fim, este estudo procura compreender a realidade local ao questionar qual é o cenário educacional de uma escola pública da rede municipal de Balsas no que diz respeito às necessidades dos alunos autistas. Essas questões guiam a pesquisa, direcionando a análise para as especificidades e demandas desse contexto educacional.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios e possibilidades do ensino de Língua Portuguesa para pessoas com autismo em uma escola pública da rede municipal na cidade de Balsas. A investigação se debruça sobre aspectos fundamentais, como a adequação de leis e diretrizes curriculares Brasileiras voltadas a educação especial, o levantamento de trabalhos acadêmicos que abordam essa temática, e uma discussão relevante sobre o contexto educacional em que esses alunos estão inseridos.

De maneira específica, este estudo busca: I- investigar como as leis e

prescrições curriculares tratam o ensino voltado para alunos autistas; (II) identificar trabalhos acadêmicos que examinam o ensino de Língua Portuguesa para estudantes com TEA; e (III) discutir o cenário do ensino de língua materna em uma escola pública municipal de Balsas, a luz das demandas e desafios impostos pela inclusão desses alunos.

A realização desta pesquisa justifica-se tanto pela minha vivência pessoal com meu irmão, que é portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA), quanto pela minha posição como membro do grupo de pesquisadores MELP (Multiletramentos no Ensino de Língua Portuguesa), o que me motivou profundamente a investigar o ensino de língua materna para alunos autistas. No contexto do curso de Letras, essa pesquisa se torna ainda mais relevante ao estabelecer uma ponte essencial entre futuros professores e um público estudantil que, em virtude das especificidades do TEA, apresenta dificuldades de comunicação que variam conforme o grau de autismo (Wing, 1985).

Tendo em vista esses fatores e segundo dados do INEP (Instituto de Pesquisa Anísio Teixeira), em 2022 houve um aumento significativo no número de matrículas de alunos autistas na rede pública em todo país, alcançando um total de 429.571 estudantes. Pensando nisso e nas respectivas individualidades presentes no espectro e de fundamental importância fazermos das aulas de Linguagens espaços onde as diferenças sejam respeitadas e esses alunos se sintam seguros e acolhidos dentro da comunidade educacional.

Logo a importância desse trabalho se dá por viabilizar a conversa sobre as possibilidades e desafios sobre o ensino desses alunos, ou seja, pretendemos possibilitar discussões que tornem possível aceções sobre como deixar a educação mais inclusiva fazendo assim que ela deixe de ser uma ideia e se torne prática.

A nossa visão é de que uma escola inclusiva precisa envolver os sujeitos indistintamente no espaço-tempo escolar, por isso se faz necessário pensar estratégias que favoreçam à participação de todos nas práticas inclusivas, tornando-as mais eficazes. Essa perspectiva de um trabalho que congrega esforços é fundamental na educação dos sujeitos com autismo (Amorim, 2021, p.37).

A visão enfatizada pela autora é de que a inclusão precisa ir além da mera presença física: é necessário ações concretas e planejadas que integrem de verdade esses alunos dentro do contexto escolar, sobretudo os alunos com autismo de modo que aconteça um aprendizado colaborativo e a escola se transforme em um ambiente

crucial na inclusão de indivíduos autistas.

O principal dos desafios é tentar lidar com os anos e anos de uma realidade excludente onde a pessoa com autismo têm sua capacidade cognitiva totalmente questionada constantemente, ou seja, seus méritos são desacreditados pelo capacitismo enraizado em nossa sociedade. É de fundamental importância que nós, como professores, rompamos com os ciclos enraizados de preconceito, pois não podemos continuar reproduzindo os mesmos erros, muitas vezes resultantes de nossas próprias dificuldades, que acabam por favorecer um sistema excludente em relação aos alunos autistas. Embora seja desafiador lidar com a desvalorização da profissão docente e a superlotação das salas de aula, os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estão presentes nessas turmas, e não podemos ignorá-los ou deixar de tratá-los com a mesma dignidade e respeito que qualquer outro estudante.

A exclusão histórica dentro do ambiente escolar, refletida em práticas que marginalizam muitos estudantes com necessidades educacionais especiais, e uma herança que ainda persiste, e a educação inclusiva se apresenta como uma resposta urgente a esse cenário, entretanto, a inclusão escolar de alunos autista exige que os educadores compreendam mais profundamente suas especificidades, rompendo com as práticas capacitistas e construindo um espaço de ensino verdadeiramente acessível e acolhedor.

Diante desse contexto de aumento de alunos com esse transtorno dentro das escolas é necessário que os professores e futuros educadores pensem em como suas práticas pedagógicas irão contemplar esses alunos de modo que o processo de inclusão não se torne uma mera falácia.

A educação especial é um tema transversal a todos os cursos de licenciatura, sabendo disso esse trabalho se faz importante por retratar os desafios e possibilidades desses alunos autistas dentro da sala de aula, os mesmos que por vezes têm suas vozes ignoradas e suas individualidades marginalizadas.

Portanto, é necessário que os futuros professores de Português estejam cientes de como contornar essas possíveis adversidades que podem aparecer numa sala de aula com alunos autistas, para que assim o aluno diagnosticado com TEA (transtorno do espectro autista) não seja excluído do processo de ensino aprendizagem. Ou seja, devemos ter em vista que pensar em formas de que esses alunos possam ser incluídos dentro das aulas de português a fim de que as dificuldades que esses alunos possam apresentar e futuramente gerando

possibilidade para eles se torna essencial.

Este Trabalho de Conclusão de Curso explora a temática da inclusão educacional de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) em uma escola pública de Balsas- MA, destacando os pontos positivos e negativos no ensino de língua portuguesa. O trabalho está estruturado com os seguintes elementos uma introdução onde foi contextualizado o papel da escola e da inclusão para o desenvolvimento social e educacional, enquanto a seção de referencial teórico que abrange conceitos sobre autismo e inclusão escolar, revisitando legislações e políticas educacionais relevantes como a BNCC (Base nacional Curricular Comum) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTMA).

2 AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM TEA

Segundo Brites (2022) o Autismo ou TEA (Transtorno do espectro autista) é uma condição atrelada ao neurodesenvolvimento. Suas características são dificuldades na comunicação e interação social, além de padrões de comportamento restritivos e repetitivos. Os primeiros sinais do TEA geralmente aparecem a partir de 1 ano e 6 meses.

Estes incluem foco excessivo em determinados objetos, atraso na fala e contato visual reduzido, vale destacar que a dificuldade de comunicação é uma das características mais notáveis. Este pressuposto é corroborado por Wing (1985) que relata que crianças com TEA apresentam dificuldades em programar e estruturar um discurso, frequentemente utilizando frases desconexas com estruturas gramaticais e fonológicas comprometidas.

Tais características são bastante expressivas na vida de indivíduos portadores de autismo, o quanto antes identificadas mais fácil é a intervenção para que aconteça um desempenho mais pleno, os obstáculos impedem não apenas a clareza e a coesão do discurso, mas também afetam a capacidade de estabelecer relações com outros indivíduos, sobretudo quando pensamos que a linguagem é um mecanismo fundamental para interação social.

O comprometimento da comunicação, nos quadros de TEA, afeta tanto as habilidades verbais quanto não verbais, em graus variados. Algumas crianças não desenvolvem habilidades de comunicação, com ausência total da linguagem falada. Outras apresentam linguagem imatura, que pode ser caracterizada por jargões, ecolalias, reversões de pronome, prosódia anormal e entonação monótona. As autoras ainda observam que aqueles que adquirem habilidades verbais podem demonstrar déficits persistentes em estabelecer conversação, tais como falta de reciprocidade social. A compreensão da linguagem encontra-se atrasada e o uso funcional da linguagem apresenta perturbações, com relação a humor e sentido figurado, dificuldades em compreender sutilezas de linguagem, piadas e sarcasmos, bem como problemas para interpretar linguagem corporal, gestos e expressões faciais (Karen et al, 2015, p.1).

De acordo com a fala das autoras, os empecilhos presentes na comunicação em indivíduos com TEA vão desde não verbalização até uma linguagem menos elaborada, com especificidades como jargões, ecolalia e uma prosódia diferenciada. Quando há avanços na comunicação as crianças ainda podem manifestar dificuldades em compreender linguagem corporal e expressões faciais de

outras pessoas. Esses desafios tornam o processo de comunicação com crianças no espectro autista complexo, demandando estratégias diferenciadas de ensino e apoio que busquem promover a compreensão e o desenvolvimento de habilidades funcionais e sociais.

O entendimento das lacunas comunicativas em autistas é fundamental para disseminar atividades educacionais inclusivas que promovam o respeito às diferenças, as divergências entre expressões verbalizadas anteriormente citadas não podem ser afirmadas como desafios insuperáveis, porém elas vão demandar intervenções específicas e nesses casos é fundamental que aconteça o apoio entre família escola e equipe multidisciplinar no tratamento desses alunos, mas quando falamos da escola é necessário que aconteça o desenvolvimento de metodologias adaptadas inclusivas que incluam todos os alunos e valorizem suas individualidades.

Segundo o instituto Autismo e Realidade (2022), o histórico científico a respeito da percepção do autismo mudou muito durante os últimos anos, graças aos avanços em áreas como psiquiatria e neurociência. A palavra autismo foi usada pela primeira vez pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1911 para explicar uma propensão que pacientes esquizofrênicos de se isolarem do mundo exterior criando assim uma própria realidade, ou seja inicialmente para o psiquiatra o autismo era entendido como um sintoma. Posteriormente outros especialistas em saúde mental como Leo Kanner e Hans Asperger começaram a associar o termo para caracterizar sintomas em crianças, como o isolamento social e os interesses obsessivos, o que transformou o entendimento sobre a esquizofrenia infantil.

A categorização do TEA (transtorno do espectro autista) como uma subdivisão da esquizofrenia infantil demonstra a complexidade que existia naquela época em distanciar o autismo de outros transtornos psiquiátricos, esse quadro geral permite nos inferir que inicialmente o autismo era minimizado em sua complexidade o que pode ter marcado o desenvolvimento de mediações médicas específicas para cada paciente com (transtorno do espectro autista).

Segundo o instituto Autismo e Realidade (2022), em 1944, Hans Asperger publicou “A psicopatia autista na infância”, destacando que o autismo afeta mais meninos do que meninas. Ele descreveu as crianças como sendo extremamente eloquentes e prolixas, muitas vezes apelidadas de “pequenos professores” devido a sua habilidade em determinados tópicos. Asperger notou que, apesar de sua eloquência, essas crianças apresentavam dificuldades significativas na interação

social, o que os diferenciava dos casos de autismo descritos por Kanner.

Durante os anos 1950, a compreensão do autismo era limitada, e havia falta de consenso sobre sua origem. Nesse contexto, Leo Kanner formulou hipótese da “mãe geladeira”, sugerindo que o TEA surgiria em crianças cujos pais eram emocionalmente distantes. No entanto, com o avanço da ciência, descobriu-se que o autismo é, na verdade, um transtorno do neurodesenvolvimento. Ele posteriormente se retratou com a comunidade científica, reconhecendo que sua teoria era infundada.

Após a publicação do primeiro Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-1), em 1952, muitos sintomas do autismo foram classificados como uma ramificação da esquizofrenia infantil, o que reflete as limitações da época em distinguir o TEA como um transtorno independente (Instituto Autismo e Realidade, 2022). Esse contexto histórico evidencia os desafios iniciais enfrentados para reconhecer o autismo em sua complexidade, desvinculando-o de transtornos severos como a esquizofrenia. A partir dessas transformações, o reconhecimento do autismo como uma condição do neurodesenvolvimento autônoma foi fundamental para a luta por políticas educacionais e para o desenvolvimento de práticas voltadas para o desenvolvimento das habilidades comunicativas e sociais dos indivíduos com TEA.

O uso da nominata Síndrome de Asperger em caso mais leves de TEA (Transtorno do espectro autista) mostrou uma importante evolução ao abranger uma variedade maior de características e indivíduos dentro do espectro, este avanço também contribuiu para que os sintomas do autismo não fossem mais confundidos com outras condições atreladas ao neurodesenvolvimento, além disso a partir desta evolução obtivemos uma visão mais clara e concisa a respeito dos diferentes graus de autismo.

O especialista em saúde mental Michael Rutter trouxe uma nova definição para o TEA, classificando-o como um transtorno do desenvolvimento cognitivo. Sua definição foi revolucionária para a ciência comportamental, pois destaca quatro características intrínsecas: atrasos e desvios sociais que vão além da deficiência intelectual; problemas de comunicação que não se restringem a deficiências intelectuais específicas; comportamentos atípicos, como movimentos estereotipados; e o início dos sintomas antes dos 3 anos de idade.

As descobertas de Rutter, alinhadas a diversos estudos em saúde mental,

influenciaram a criação do DSM-3. Nesta edição, o autismo foi reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e passou a ser classificado como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID), ressaltando seu impacto no desenvolvimento cognitivo. Em 1981, a psiquiatra britânica Lorna Wing, uma das pioneiras no estudo do desenvolvimento infantil, introduziu o conceito da Síndrome de Asperger, ampliando a compreensão do espectro.

Em 1994 no DSM-4 A síndrome de Asperger foi incorporado ao manual diagnostico aumentando as percepções a respeito do espectro autista abrangendo casos menos graves e isso transparece no reconhecimento das diversas manifestações no autismo.

Em 1998, o cientista britânico Andrew Wakefield publicou um estudo que sugeria uma ligação entre vacinas e o autismo. Embora o estudo tenha causado grande controvérsia e medo na sociedade, ele foi posteriormente desmentido devido a falta de evidências científicas. Wakefield acabou perdendo sua licença médica, e o estudo foi retirado da literatura científica por ser infundado.

Em 2013 houve a reafirmação dos diagnósticos anteriormente estratificados (como Síndrome de Asperger) sob um único diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Agora, o Autismo é observado como um único espectro em diferentes níveis de profundidade, com dois princípios para o diagnóstico: deficiências sociais e de comunicação, e comportamentos repetitivos e estereotipados.

Estudos internacionais sobre o autismo levaram à recomendação de utilizar a nomenclatura Síndrome de Asperger para designar casos de autismo considerados leves. Essa distinção foi baseada em mais de mil casos avaliados por clínicos, visando evitar confusões e melhorar a precisão nos diagnósticos em indivíduos com o transtorno do espectro autista, ou seja, possibilitando uma pequena melhora na qualidade de vida.

A polêmica causada pelo estudo de Andrew Wakefield revela a importância da responsabilidade científica e do rigor metodológico. O caso serve como alerta sobre as consequências de conclusões precipitadas sem embasamento sólido, especialmente em questões de saúde pública e bem-estar, como no caso do autismo. Esse episódio também trouxe à tona a necessidade de discernimento do público em relação a estudos científicos, uma vez que as informações errôneas disseminadas causaram impactos reais na confiança nas vacinas e geraram um receio generalizado que perdura até hoje em alguns grupos.

Em, 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o dia 2 de abril como o dia mundial da conscientização do Autismo, com o objetivo de aumentar a conscientização pública sobre esse transtorno, que afeta cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, essa data foi oficialmente incluída no calendário em 2018. A criação do Dia Mundial da conscientização do autismo pela ONU foi um passo importante para dar viabilidade ao TEA e sensibilizar a sociedade global sobre os desafios enfrentados por pessoas com autismo esse tipo de conscientização tem o potencial de reduzir o estigma e fomentar ações voltadas para a inclusão social.

Em 2012, entrou em vigor no Brasil a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/12), estabelecendo uma política nacional de proteção aos direitos das pessoas com autismo. Considerada um marco histórico, essa legislação assegura direitos fundamentais, como o acesso ao diagnóstico precoce, tratamento adequado, terapias e medicação, garantindo maior proteção e apoio às pessoas com TEA e suas famílias.

A promulgação da Lei Berenice Piana no Brasil foi um marco para os direitos das pessoas com autismo e suas famílias. Esse avanço na legislação simboliza um reconhecimento formal das necessidades específicas da comunidade autista, promovendo maior igualdade de inclusão.

Essa legislação também destaca a importância do diagnóstico precoce e do acompanhante adequado, duas medidas fundamentais para o desenvolvimento das potencialidades de pessoas como TEA e para a redução de barreiras na inclusão social e escolar.

A lei Romero Mion foi aprovada em 2020, ela garante às pessoas com autismo o direito legal a um documento denominado Ciptea (Carteira de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista) expedido de forma gratuita e com responsabilidade atribuída ao município, o referido documento garante que os direitos estabelecidos pela lei Berenice Piana sejam assegurados, garantindo maior proteção às pessoas com autismo.

Os referidos avanços demonstraram uma extensão das políticas de inclusão e proteção, estabilizando cada vez mais os direitos das pessoas autistas, esta iniciativa representou uma forma de reconhecer os direitos destas pessoas que são tão marginalizadas. Apesar dos importantes avanços legislativos e importante ressaltar que a realidade vivida nas salas de aula ainda é dura e desigual, muitas escolas não possuem uma estrutura adequada e falta profissionais qualificados para receber esses estudantes.

Além disso devemos citar que em 2021 houve a proibição da negativa da matrícula para pessoas autistas a partir da lei 12.764 no artigo Art. 7º - O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

A inclusão da proibição da negativa de matrícula para pessoas autistas é um avanço importante para a inclusão escolar e reforça o compromisso do sistema educacional em garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas necessidades. A imposição de penalidades financeiras também demonstra a seriedade com que o Estado brasileiro busca coibir a discriminação institucional, promovendo um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Essa medida representa uma mudança significativa nas políticas educacionais, enfatizando que a responsabilidade pela inclusão de alunos com TEA não recai apenas sobre os familiares, mas também sobre gestores escolares e profissionais da educação.

Em 2022, a nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) adotou a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo, seguindo o que foi proposto pelo DSM-5. Essa atualização engloba todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento (Autismo e Realidade, 2020).

A inclusão da proibição da negativa de matrícula para pessoas autistas é um avanço importante para a inclusão escolar e reforça o compromisso do sistema educacional em garantir o direito à educação para todos, independentemente de suas necessidades. A imposição de penalidades financeiras também demonstra a seriedade com que o Estado brasileiro busca coibir a discriminação institucional, promovendo um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Essa medida representa uma mudança significativa nas políticas educacionais, enfatizando que a responsabilidade pela inclusão de alunos com TEA não recai apenas sobre os familiares, mas também sobre gestores escolares e profissionais da educação.

Considerando toda a conceituação sócio-histórica em torno do TEA, é fundamental refletirmos sobre como esses alunos são contemplados pelo currículo escolar. É essencial realizar essas reflexões, pois ao tratar de educação especial, precisamos lembrar que estamos lidando, antes de tudo, com seres humanos, e não

apenas com estatísticas e diagnósticos.

A importância de incluir alunos com TEA no currículo escolar vai além de mero cumprimento legal: trata-se de respeitar a singularidade de cada indivíduo e promover um ambiente educacional que realmente considere as especificidades e os talentos de cada aluno. Para alcançar uma verdadeira educação inclusiva, o currículo precisa ser adaptado, oferecendo suporte e estratégias pedagógicas diversificadas que garantam participação ativa desses estudantes.

A adaptação do currículo para incluir alunos com TEA no currículo é fundamental, mas muitos professores enfrentam dificuldades ao implementar práticas inclusivas por conta da formação insuficiente e de falta de apoio técnico. Essa carência de recursos acaba por restringir a inclusão a uma presença física, enquanto as necessidades de aprendizado e socialização dos alunos autistas ficam em segundo plano. A inclusão verdadeira exige um currículo flexível e uma formação docente contínua e especializada.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (Stainback; Stainback, 1999, p. 21).

A definição de educação inclusiva proposta por Stainback & Stainback (1999) destaca a importância de garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições ou origens, possam acessar e permanecer em um ambiente de aprendizado que atenda às suas necessidades. Essa visão amplia o conceito de inclusão enfatizando que o papel da escola é não apenas facilitar o acesso, mas também garantir que os recursos e práticas pedagógicas estejam adequados às realidades dos alunos. No entanto para que essa inclusão plena aconteça é necessário que as escolas contem com o apoio de políticas públicas, formação docente e recursos materiais que muitas vezes são insuficientes para o contexto educacional atual. Isso reforça a importância de entender a educação inclusiva como um processo contínuo e dinâmico, que exige adaptações e um compromisso constante de toda comunidade educacional envolvida.

Segundo Blanco (2003, p. 72), quando se debate a respeito de inclusão, não estamos ‘apenas repetindo um termo ou um conceito, mas referindo também aqueles que passaram suas vidas aprisionados em hospícios ou que acabaram em uma fogueira para salvar a alma de um corpo deficiente, como ocorreu na Idade Média’.

Nesse sentido, Martins et al. (2008, p. 19) enfatizam que o movimento de inclusão busca repensar a escola para que ela deixe de ser um espaço de homogeneidade e discriminação, tornando-se uma escola aberta a todos. De forma complementar, Mantoan (2003, p. 19) reforça que o conceito mais importante da inclusão escolar é que todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

A reflexão de Blanco (2003) sobre o conceito de inclusão nos convida a enxergar o termo não como um jargão moderno, mas como um movimento histórico que busca reverter séculos de marginalização e preconceito. A comparação com práticas de confinamento e punição para as pessoas com deficiência, como as ocorridas na idade Média, evidencia o quão recente é a luta pela dignidade e pelos direitos de pessoas com necessidades específicas no ambiente escolar. Essa visão nos lembra que a inclusão não deve ser tratada apenas como um requisito burocrático ou um conceito abstrato, mas como uma ação ética que visa reparar uma história de exclusão. O reconhecimento dessa herança histórica deve impulsionar um compromisso genuíno com a inclusão, reforçando que a educação tem o dever de ser um espaço onde todos os alunos possam aprender e conviver em igualdade.

Martins et al. (2008) e Mantoan (2003) reforçam a necessidade de uma mudança de perspectiva na educação, sugerindo que a escola deve deixar de ser um espaço de homogeneidade e se transformar em um local que acolhe as diferenças de todos os alunos. Essa visão se opõe às práticas que historicamente, segregaram os alunos com deficiência em classes ou escolas especiais, e aponta para a importância de uma inclusão que não seja meramente física, mas que também considere a participação ativa de todos.

É fundamental desconstruir o conhecimento hegemônico que marginaliza as vozes das pessoas com deficiência, reconhecendo e valorizando suas experiências e saberes. A educação deve ser plural e respeitar as diferentes culturas e realidades das pessoas com deficiência, contribuindo para sua autonomia e empoderamento (Beltrame; Oltramari, 2023, p. 98).

Uma educação inclusiva de verdade não se baseia na mera presença dos estudantes PCDs em sala de aula, pelo contrário o estudante deve ser inserido em todo o processo, sobretudo quando pensamos nos alunos autistas pois os mesmo tendem a ser sujeitos repletos de individualidades, mas ao valorizar as experiências e as especificidades destes alunos estamos tornando a sala de aula um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Além de analisarmos legislação é importante pensarmos nos documentos curriculares como a BNCC (Base Nacional Curricular Comum). pois ela estabelece parâmetros e habilidades a serem alcançados com os alunos em sala de aula de modo que o ensino se torne padronizado.

Conforme Ramalho e Gomes (2024), o campo de experiências “Eu, o Outro e Nós” da BNCC é fundamental para o desenvolvimento das habilidades de socialização e empatia em crianças pequenas, incluindo as autistas. No entanto, as crianças Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente apresentam dificuldades qualitativas na socialização, o que demanda estratégias pedagógicas específicas para promover o aprendizado dessas habilidades. Segundo as autoras, as atividades pedagógicas devem ser cuidadosamente planejadas, levando em consideração a “a temporalidade das respostas dos autistas” e promovendo práticas que respeitem o ritmo individual de cada criança (Ramalho; Gomes, 2024, np.).

A BNCC enfatiza a importância de desenvolver competências que permitam a todos os alunos, incluindo aqueles com autismo, articular conhecimentos de forma significativa. “Isso pode ser relevante para discutir como as práticas pedagógicas podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas desses alunos” (Brasil, 2017, p. 484).

Este excerto demonstra o compromisso da BNCC em buscar a promoção de uma equidade dentro do contexto educacional brasileiro, contudo a realidade proposta pelo referido documento não representa uma totalidade dentro da realidade educacional brasileira, as lacunas observadas são indicadoras que essas mazelas são um aspecto retrógrado da nossa história.

Trata-se também de possibilitar vivências significativas, na articulação com todas as áreas do currículo e com os interesses e escolhas pessoais dos adolescentes e jovens, que envolvam a proposição, desenvolvimento e avaliação de ações e projetos culturais, de forma a fomentar o protagonismo juvenil de forma contextualizada (Brasil, 2017, p.77).

Ainda que a BNCC enfatiza a relevância de uma educação inclusiva que vincule vivências significativas e o protagonismo juvenil, a realidade observada nas escolas brasileiras contrasta muito com esse ideal, em especial no caso de alunos com TEA, a ausência de uma infraestrutura adequada e as lacunas na formação de professores, além das dificuldades de adaptar materiais e metodologias, tudo isso impossibilita a corporificação das propostas pedagógicas outorgadas, portanto conceitos como um currículo integrado e personalizado para o ensino que se localizam na BNCC, de modo recorrente tem caráter utópico, ou seja seguem na teoria enquanto

a prática vivenciada e outra realidade, essa contradição demonstra a necessidade urgente de significativos investimentos na formação de professores.

Essa abordagem reforça o papel crucial dos educadores na adaptação das metodologias de ensino, como enfatizado pelas autoras: “cabe aos professores definirem estratégias educacionais que direcionam suas ações e contemplem as crianças autistas” (Ramalho Gomes, 2024, np.). Além disso, propõem o uso de metodologias como jogos e atividades lúdicas no desenvolvimento da autonomia desses alunos.

A BNCC precisa ser acompanhada por políticas públicas que realmente transformem as salas de aula, garantido não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar dos alunos com necessidades especiais. Até que isso ocorra, o caráter utópico da BNCC permanecerá, e a inclusão continuará sendo mais um ideal que uma realidade.

A discrepância entre o que é prescrito pela BNCC e o que efetivamente ocorre nas escolas ressalta a necessidade de repensar a infraestrutura e o apoio oferecido aos professores que muitas vezes carecem de preparação especializada para lidar com as demandas específicas dos alunos com deficiência. Sem essas adaptações, a inclusão torna-se limitada a uma presença física nas salas de aula, sem garantir a participação ativa e o aprendizado significativo desses estudantes.

O DCTMA (Documento Curricular do Território Maranhense) dialoga diretamente com a Base nacional curricular comum no sentido de propor práticas que orientem a educação do nosso país, entretanto assim como a BNCC o documento em questão é incoerente com a realidade educacional brasileira sobretudo quando falamos de presença e permanência de alunos deficientes em sala.

A escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam estudantes homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade, tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais (Maranhão, 2022, p. 19).

O discurso anti hegemônico presente que valoriza as diferenças dentro do documento anteriormente citado se mostra desconectado com a realidade uma vez que não é fornecido ao professor qualificação necessária para acolher seus alunos autistas da melhor forma possível a escola ainda é pensada numa visão preconceituosa onde o aluno PCDs é visto exclusivamente como responsabilidade dos professores de AEE (atendimento Educacional Especializado).

É imperativa a construção de espaços escolares que permitam reconhecer, valorizar e acolher a diversidade humana em suas práticas cotidianas, visto que diferentes grupos sociais, econômicos, étnicos e religiosos convivem no contexto escolar (Maranhão, 2022, p. 18).

O reconhecimento da existência de diversidade na sala de aula é algo bastante importante, mas não basta apenas reconhecer a diversidade sem proporcionar meios para a presença e permanência desses alunos, seja com uma adequada infraestrutura ou com programas de aperfeiçoamento docente etc.

A discussão sobre o autismo e a inclusão escolar não pode se limitar a teoria e a legislação. Embora esses avanços nas políticas públicas tenham sido significativo, a implementação prática dessas diretrizes enfrenta inúmeros desafios, especialmente em contextos regionais mais vulneráveis. Para compreender como essas questões se manifestam no cotidiano escolar, é essencial investigarmos as práticas pedagógicas aplicadas nas salas de aula e os recursos disponibilizados para o atendimento a alunos com TEA.

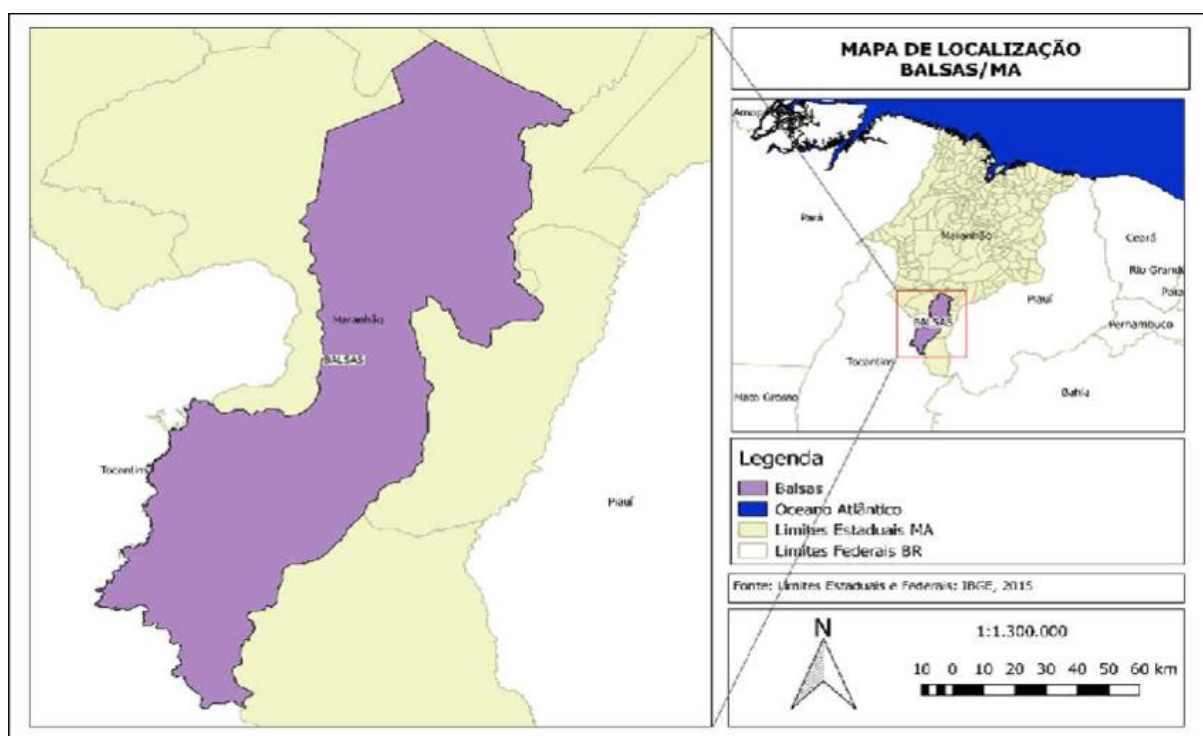
Este trabalho analisou o histórico científico e social da luta da comunidade autista e como essa trajetória influencia as práticas atuais em sala de aula e na sociedade. Concluímos que, apesar dos avanços legais e das diretrizes educacionais, como o direito à matrícula e o acompanhamento de profissionais, a realidade desses alunos ainda é marcada por preconceitos que precisam ser combatidos.

3 METODOLOGIA

3.1 Cenário da pesquisa e instrumentos de geração de dados

O município de Balsas, localizado no sul do Maranhão, onde esta pesquisa foi realizada, lidera a região administrativa dos Gerais de Balsas e se destaca economicamente pela agricultura mecanizada, integrando a zona agrícola conhecida como MATOPIBA (que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) com uma população de 107.767, Balsas possui um perfil socioeconômico amplamente influenciado pelo agronegócio, fator que impacta diretamente as características e necessidades de suas instituições de ensino (IBGE, 2022).

Figura 1- Mapa da localização do município



Fonte: Researchgate

A instituição pública na qual a pesquisa foi realizada esta localizada dentro do perímetro urbano da cidade de Balsas no estado do Maranhão, segundo dados do IDEB 2023(Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ela possui nota no indicador de qualidade referente aos anos finais do ensino fundamental 5,7 e 4,3 nos anos iniciais, ainda segundo IDEB 2023 ela obteve 576 matrículas sendo 56 de

educação especial uma das maiores taxas de inclusão município, a escola funciona nos dois turnos possuindo 39 professores.

A escolha da escola como campo de pesquisa se justifica pela expressiva quantidade de alunos autistas na instituição, segundo a Semed (Secretaria Municipal de Educação Especial) o referido colégio possui cerca 12 alunos laudados como autistas no período matutino, esses alunos são acompanhados pela professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado), além disso a localização facilitou o acesso essa escola.

Durante a visita a escola foi possível observar a maneira como esses alunos são distribuídos dentro da escola, observei a infraestrutura da instituição e foi possível concluir que a escola apesar de possuir uma infraestrutura precária no que diz respeito à estrutura física a escola possui cuidadores para alunos com diversas deficiências que estão aptos a ajudar os professores em momentos de crise de alunos autistas, o material didático da escola é limitado e também não é adaptado para os alunos autistas, os cuidadores anteriormente citados não tem formação pedagógica sua função se limita a garantir que estudantes com deficiências mais graves consigam ter o mínimo de autonomia nas escola.

A preferência pela referida escola se deu não apenas pela representativa quantia de alunos dentro do espectro autista e sua representatividade no contexto escolar diante da realidade educacional de Balsas Maranhão, mas também pela chance de estudar de forma prática os principais obstáculos relacionados ao ensino de língua portuguesa com alunos autistas em um local que busca incluir seus estudantes da maneira como pode. A existência de um grande número de alunos na educação especial apenas realça a escolha da instituição como campo de pesquisa pois permite observar de perto os desafios e as possibilidades desenvolvidas por estes professores.

Os participantes da pesquisa foram 6 professores, sendo 3 de inglês e 3 portugueses com formação em Licenciatura, sendo todos eles atuantes no ensino fundamental da instituição selecionada. Esses profissionais possuem experiência média de 10 anos em sala de aula e contribuem diretamente para a formação dos alunos com e sem necessidades educacionais especiais. Além disso, a coordenadora do setor de AEE da escola e a responsável pela seção de educação especial na SEMED também foram entrevistadas, oferecendo uma visão complementar sobre as políticas inclusivas adotadas pela instituição.

Nessa perspectiva, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, em uma escola pública municipal de Balsas, Maranhão, situada na zona urbana de Balsas, no centro da cidade. Ela foi selecionada devido ao elevado número de alunos autistas matriculados, conforme dados informados pela Secretaria Municipal de Balsas no ano de 2023. Segundo dados catalogados, a referida escola conta com 576 matrículas, das quais 52 são de alunos com TEA, e 39 professores, sendo desses 8 professores formados no curso de Letras.

Sob a orientação e supervisão da Profa. Dra. Patrícia Sá Martins, foi realizada uma pesquisa sobre a aprendizagem em língua materna de alunos autistas em uma escola pública da rede municipal. O trabalho começou com a análise de textos e artigos acadêmicos relacionados ao tema. Depois disso, os dados foram organizados a partir de um questionário com perguntas semiabertas, elaborado com base nas informações obtidas nos documentos analisados. Antes da aplicação do questionário, foram preparados ofícios autorizados pela coordenadora de Atendimento Educacional (AE) do município, permitindo que a pesquisa fosse realizada na escola selecionada.

Com isso, a metodologia utilizada para geração de dados foi a aplicação de um questionário, com perguntas mistas produzidas na plataforma Google Forms. Para o recolhimento das respostas, foi combinado por meio de um ofício haver um momento de conversa entre os participantes dos trabalhos e a coordenadora do setor de AEE da cidade de Balsas.

O armazenamento de dados aconteceu de forma colaborativa, onde os professores mostraram-se abertos para ajudar na pesquisa, os principais tópicos presentes dentro deste questionário tanto para os professores de português quanto para professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado) eram sobre experiência e qualificação etc.

3.2 Procedimentos de Análise

O presente trabalho combina métodos qualitativos, bibliográficos e estudos de caso, com o intuito de investigar o de investigar os desafios e possibilidades do ensino de Língua Portuguesa para alunos autistas em uma escola pública da rede municipal de Balsas-MA.

A pesquisa qualitativa, conforme Denzin e Lincoln (2006), adota uma

abordagem interpretativa do mundo, permitindo que os fenômenos sejam estudados em seus contextos naturais, a partir dos significados atribuídos pelas pessoas envolvidas. Dessa forma, busca-se uma compreensão aprofundada das práticas educativas e das percepções dos professores no atendimento a alunos autistas.

A pesquisa bibliográfica segue os princípios de Gil (2002), que a define como o estudo, análise e interpretação de materiais impressos, como livros, documentos oficiais, periódicos e artigos acadêmicos. Além disso, foi conduzida uma análise documental, como sugerido por Lakatos e Marconi (2007), explorando arquivos relacionados à legislação e políticas educacionais voltados para inclusão de alunos autistas no ensino regular. Essa base teórica serve como alicerce para construção dos instrumentos de pesquisa para a interpretação dos dados coletados.

O método empregado na análise desta pesquisa foi organizado de maneira ordenada envolvendo diversas fases da coleta e entendimento a respeito dos dados. a primeira etapa ocorreu as datas de 24 e 26 de abril, com a elaboração e a entrega de um ofício endereçado a secretaria de educação da cidade de Balsas Maranhão, requerendo autorização para realizar um estudo dentro da instituição pública selecionada. no mesmo dia foi realizado uma entrevista com coordenadora do setor de AEE (Atendimento Educacional Especializado) da cidade de Balsas, com o intuito de entender de que forma a secretaria de educação categoriza as informações a respeito dos alunos com o transtorno do espectro autista.

Em seguida o link do questionário foi enviado através da rede do aplicativo de comunicação WhatsApp no dia 5 de julho de 2024 e foi enviado a 8 professores habilitados pelo curso de Letras e obteve um total de 7 respostas, eles tiveram até meados de setembro para responder. Esta análise buscou compreender todo o processo de lotação e inclusão desses alunos dentro de uma escola municipal, a técnica empregada para análise de dados foi a de análise de conteúdo de Bardin (1977).

O estudo de caso permitiu uma imersão detalhada no contexto de uma escola pública de Balsas-MA, onde há alunos com diferentes graus de autismo. Como argumenta Martins (2008), o estudo de caso é uma abordagem adequada quando se deseja explorar uma realidade social complexa, que não pode ser completamente compreendida por métodos puramente quantitativos. nesse sentido, o estudo se concentrou nas práticas e desafios enfrentados pelos professores de Língua

Portuguesa e pelos profissionais que atuam nas salas de atendimento educacional especializado (AEE).

A Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), é uma técnica de pesquisa qualitativa que visa interpretar e organizar dados de forma sistemática. Essa abordagem permite que os pesquisadores extraiam significados e padrões a partir de textos, discursos ou outros tipos de conteúdo, facilitando a compreensão de fenômenos sociais e comunicativos. Moraes Pereira (2021) dialoga com o pressuposto acima da seguinte maneira.

Já para (Moraes; Pereira, 2021) a análise de conteúdo é uma metodologia que permite a interpretação de dados qualitativos, possibilitando a identificação de padrões e significados em textos e discursos, o que é essencial para a compreensão de contextos sociais complexos.

Os principais tópicos presente no questionário direcionado a coordenadora do setor de AEE (atendimento educacional especializado) eram a respeito da sua qualificação e a sua perícia na temática; a quantidade de escolas que estavam sobre seu controle; ferramentas utilizadas para catalogação de diagnósticos; e a situação dos laudos médicos desses alunos.

Já no caso dos profissionais formados em Letras e da professora responsável pela sala de AEE (atendimento educacional especializado) pouco divergiam entre si. No geral estes questionários abordam a formação dos professores, os desafios e estratégias didáticas no ensino de alunos autistas, a avaliação sobre os recursos disponíveis para inclusão, o papel da família no processo educacional e as parcerias externas que auxiliam na inclusão escolar.

4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES À INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA

4.1 O papel da coordenadora do setor de AEE

O presente estudo buscou analisar as práticas educacionais e a gestão relacionadas a inclusão de alunos autistas nas escolas da rede municipal durante as aulas de Língua Portuguesa, participante entrevistada possui uma valiosa e duradoura experiência de 17 anos atuando na área da educação especial, atualmente ela está em cargo de 63 salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) espalhadas ao redor da cidade, no que diz respeito ao reconhecimento desses alunos a responsável da secretaria pela educação especial afirmou que eles possuem um mapeamento que consegue identificar a presença e a disponibilidade desses alunos, A organização da inclusão se dá do seguinte modo: os alunos assistem a aula na sala de aula regular no turno que eles são matriculado e no contraturno eles frequentam as salas de AEE A tabela abaixo exemplifica as respostas recebidas durante a entrevista dadas pelos seus principais eixos temáticos, mostrando um pouco da realidade da educação especial e inclusiva da cidade de Balsas a partir da ótica da secretaria de educação de forma mais detalhada.

Tabela 1 - Perguntas divididas por eixos temáticos a respeito da inclusão escolar de alunos autistas

Eixo temático	Pergunta	Resposta
Formação acadêmica	Qual é a sua formação acadêmica e qual é sua experiência com o autismo?	Pós-graduação em Educação Especial e experiência desde 2007 (17 anos)
Organização Geral	Quantas escolas estão sob sua supervisão?	63 escolas ao redor do município
Organização Geral	Existe algum instrumento que a secretaria utilize para identificar esses alunos?	Sim e feito um mapeamento com esses estudantes
Organização Geral	Esses alunos são laudados?	Sim

Organização Geral	Qual escola na nossa cidade possui o maior número de autistas com laudo?	Não temos esse dado no momento
Inclusão Escolar	Como a secretaria orienta a presença desses alunos nas escolas?	Os alunos assistem a aula na sala de aula regular e no contraturno fazem AEE
Inclusão escolar	Existem salas de AEE em todas as escolas?	Ainda não, Há SRM em todas as escolas, mas existem duas sem AEE

Fonte: elaborado pelo autor

Embora a existência de um mapeamento dos alunos autistas da cidade seja um importante avanço, a inexatidão a respeito de dados sobre esses alunos, principalmente no que diz respeito a escola com o maior número de autistas laudados demonstra lacunas em um acompanhamento mais aprofundado, isso pode atrapalhar diretamente a distribuição de recursos para ações equitativas.

O fato de os alunos autistas participarem das aulas na sala de aula regular já é algo aplicado em diversos estados, porém a ausência de AEE em escolas do município é algo preocupante, ainda mais quando falamos dos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, o desenvolvimento dos estudantes na educação acaba comprometido.

Cabe ao Estado a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciam os segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação (Matiskei, 2004, p. 187).

Diante do que já foi mencionado é importante destacar que uma boa gestão educacional inclusiva não pode depender única e exclusivamente da qualificação dos responsáveis, mas também de planejamentos bem estruturados que foquem na supervisão e no apoio contínuo às escolas, apesar de a coordenadora possuir uma ampla experiência, enfrenta o desafio de supervisionar a implementação de políticas públicas em 63 escolas o que acaba por sobrecarregar seu tempo a impossibilitando de oferecer um aconselhamento individual e personalizado para cada escola.

Outro problema a ser considerado seria a ausência de diálogo entre a coordenação do setor de AEE da secretaria de educação municipal e os professores

das salas de aula regulares, essa ausência de conexão entre eles dificulta a inclusão em sala pois os professores regulares também são responsáveis pelo desenvolvimentos dos alunos especiais.

Além das perguntas anteriormente disponibilizadas na tabela, foram feitas perguntas adicionais sobre o mapeamento dos alunos autistas nas escolas da cidade e o planejamento de formação continuada para professores, estratégias específicas de inclusão em sala de aula e o impacto do AEE na trajetória dos alunos, infelizmente essas perguntas não foram respondidas o que limitou a análise proposta.

A tabela abaixo demonstra quais perguntas foram endereçadas à coordenadora do setor de AEE da cidade de Balsas para pedir maiores esclarecimentos a respeito da metodologia utilizada pela secretaria para melhor atender os alunos autistas e ao foram respondidas.

Tabela 2 - Perguntas Não Respondidas e Problemáticas sobre a Educação Inclusiva na Rede Municipal

Pergunta	Problematização
Poderia elucidar as medidas adotadas pela secretaria de educação em termos de capacitação de professores que atuam em salas de AEE, incluindo a abrangência, obrigatoriedade e últimas formações realizadas?	A ausência de informações sobre a formação continuada limita a avaliação das práticas pedagógicas e da qualidade do suporte oferecido, prejudicando a inclusão educacional.
Poderia fornecer uma explicação detalhada sobre a metodologia empregada no mapeamento dos alunos diagnosticados com TEA nas instituições da rede municipal de ensino?	A ausência de dados sobre a metodologia empregada impede a construção de uma análise mais detalhada que abrange cada um dos critérios empregados.

Fonte: elaborado pelo autor

A ausência de informações acerca de programas de qualificação, como assiduidade, obrigatoriedade e qualidade dificulta a análise de informações a respeito da formação continuada dos professores que atuam propriamente com alunos com

necessidades especiais faz com que não seja possível verificar se as ações formativas promovem mudanças efetivas no cotidiano escolar. A Falta de detalhes a respeito de programas de qualificação profissional para professores também impossibilita que seja possível avaliar a forma como os professores estão sendo preparados para lidar com os obstáculos de uma sala de aula inclusiva, além de competências específicas esses professores integrar suas práticas pedagógicas competências socioemocionais para que a sala de aula se torne um ambiente onde seja possível integrar os alunos da maneira mais adequada em que seja respeitada as diferenças.

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aulas que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola (Mittler, 2003, apud Matiskei, 2004, p. 191).

Pensando nas problemáticas anteriormente citadas a partir das respostas fornecidas pela coordenadora do setor de AEE e na contextualização teórica de Matiskei (2003), surgem dúvidas a respeito de como as diretrizes e políticas educacionais são aplicadas na prática pelas escolas e, sobretudo, pelos professores que estão diretamente em contato com os alunos, sabemos que a formação continuada e a organização do currículo são fundamentais mas e na prática docente que toda teoria se concretiza, ou seja a visão dos professores é fundamental para uma melhor compreensão da realidade, a partir das respostas dos educadores será possível inferir como o que é proposto pela lei educacional é aplicado e recebido ou até mesmo adaptadas ao contexto da sala de aula. Essa relação entre a teoria das leis e estudiosos sobre a temática, e a realidade demonstra o quão complexo é a inclusão dentro das escolas e o quão importante são os professores no processo de ensino aprendizagem.

4.2 Perspectivas dos docentes

Os entrevistados da seguinte seção são professores formados no curso de letras com diferentes anos de experiência na área e embora atualmente alguns deles lecionam língua inglesa na escola todos em algum determinado momento já trabalharam língua portuguesa para alunos autistas, os professores também possuem diferentes cidades o que torna mais rica a perspectiva exemplificada neste estudo. Logo é muito importante termos sujeitos presentes na pesquisa com diversos olhares de modo a conseguirmos entender de forma mais abrangente a realidade educacional de uma escola pública em um município no Maranhão.

A inclusão de alunos autistas durante as aulas de língua portuguesa tem sido algo desafiador e complexo, especialmente quando pensamos na realidade das escolas públicas onde as lacunas estruturais tornam toda a situação ainda mais difícil. As tabelas abaixo apresentam as perspectivas docentes representadas a partir de suas respostas no questionário via Google Forms.

Tabela 4 – Formação específica para trabalhar com alunos TEA

Possui formação específica para trabalhar com alunos com TEA?	Porcentagem (%)
Sim	71,4
Não	28,6

Fonte: elaborado pelo autor

A formação continuada deve ser capaz de conscientizar o professor de que teoria e prática são 'dois lados da mesma moeda', que a teoria o ajuda a compreender melhor a sua prática e a lhe dar sentido e, conseqüentemente, que a prática proporciona melhor entendimento da teoria ou, ainda, revela a necessidade de nela fundamentar-se. (Chimentão, [s.d.], p. 5)

Embora mais de 50% dos professores entrevistados possuam uma formação que os habilite a trabalhar com alunos com TEA os mesmos complementam que a formação não aborda as reais dificuldades apresentadas em sala de aula no cotidiano escolar ou seja as formações continuadas possuem cunho especificamente teórico com baixa carga horária e por consequência acabam não preparando os

professores como deveriam portanto isso reforça a necessidade de cursos qualificatórios com metodologias voltadas à realidade diária da sala de aula.

Outro aspecto a ser considerado é os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão, os principais obstáculos mencionados pelos docentes são a falta de materiais didáticos adaptados, a infraestrutura inadequada e as salas de aula superlotadas, além disso os professores afirmam que a colaboração oferecida a eles é insuficiente tanto no que diz respeito a formações continuadas quanto a relação família e escola. além disso os mesmos relatam a ausência de um suporte institucional adequado, ou seja, essas são barreiras recorrentes no plano do desenvolvimento desses alunos.

A tabela abaixo sintetiza os principais desafios enfrentados por professores e seus níveis de frequência em que tais dificuldade se apresentam no contexto escolar.

Tabela 5 – Principais desafios enfrentados pelos docentes

Principais desafios relatados:	Frequência:
Falta de materiais necessários	Alta
Infraestrutura inadequada	Alta
Colaboração insuficiente da família	Média
Falta de uma formação ainda mais direcionada	Alta
Necessidade de adaptação curricular	Média

Fonte: elaborado pelo autor

Os números apresentados na tabela refletem uma situação preocupante pois demonstram que além de uma formação continuada insuficiente outros problemas que os professores enfrentam são a infraestrutura não condizente com a realidade dos alunos especiais o que impede a implementação de uma educação inclusiva de fato além disso a ausência de materiais adaptados influencia diretamente na qualidade do ensino, ou seja, a ausência acaba se relacionando diretamente com o desenvolvimento desses alunos.

Apesar dos desafios mencionados, os docentes têm reunido esforços e demonstrado criatividade e comprometimento na busca por soluções aos problemas

relatados. Uma das estratégias didáticas mencionadas pelos professores foi o uso do PEI (plano educacional individualizado) que permite um melhor manejo de estratégia didática direcionadas especificamente para os alunos autistas, além disso também foram mencionadas atividades colaborativas e materiais sensoriais e jogos educativos.

A tabela abaixo apresenta as principais estratégias mencionadas pelos professores durante a entrevista:

Tabela 6 – Estratégias didáticas utilizadas pelos docentes

Estratégias Mencionadas pelos docentes	Descrição
Uso do PEI	Planejamento específico para atender as necessidades de cada aluno
Atividades Colaborativas	Atividades em que seriam promovidas a interação entre os alunos
Materiais sensoriais e visuais	Materiais adaptados para facilitar a aprendizagem
Jogos e brincadeiras educativas	Metodologias lúdicas que podem estimular a aprendizagem

Fonte: elaborado pelo autor

Embora as iniciativas citadas demonstrem o esforço dos professores em tentarem promover um ambiente mais inclusivo, elas dependem exclusivamente do trabalho individual dos professores. Fica claro que a falta de um suporte institucional que torne possível a inclusão de forma mais efetiva a tanto a partir de acompanhamento técnico quanto por meios de recursos materiais além disso de fundamental importância a colaboração com profissionais externos como terapeutas psicólogos o que poderia garantir um auxílio integral aos alunos.

Aliada à ação da reformulação curricular está a de promover a formação continuada dos profissionais da Educação, de modo a permitir a reflexão sobre os desafios que se impõem à prática pedagógica, em face da diversidade de necessidades apresentadas pelos alunos em sala de aula (Matiskei, 2004, p. 190).

A visão dos professores demonstra não apenas as dificuldades, mas

também o potencial de crescimento da educação inclusiva se houvesse colaboração, formação adequada e recursos disponíveis. Ainda que os professores tenham assumido um papel central no processo de inclusão é necessário que políticas públicas sejam revistas para que possam garantir que essa responsabilidade não seja a única e exclusivamente direcionada aos docentes, mas sim a toda a comunidade escolar para que isso seja possível é fundamental que a família seja cada vez mais presente na escola e que ocorra frequentemente capacitações contínuas para os Educadores.

A formação continuada de professores caracteriza-se como um dos principais componentes para um diferencial na qualidade do ensino-aprendizagem relacionado à inclusão" (Carvalho, 2015, p. 16)

Um dos principais problemas que impede o pleno desenvolvimento na educação inclusiva é a formação continuada ineficiente a partir da perspectiva dos professores podemos observar que a formação continuada apresenta sérios problemas por não, não se conectar com a realidade de sala de aula e o trecho abaixo de Carvalho (2015) reforça a importância dela fazendo assim com que se torne um elemento fundamental para o funcionamento pleno da educação no país

4.3 Perspectivas da professora de AEE

O professor de atendimento educacional especializado é um profissional extremamente capacitado com conhecimentos variados a respeito das diversas deficiências existentes, além disso seu conhecimento o habilita a reconhecer quais são as melhores intervenções para realizar no contexto escolar, como. O profissional de AEE atua como um mediador no processo de inclusão, oferecendo suporte pedagógico que contempla as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais (Zanatta, 2020, p. 5).

Além dos participantes anteriormente mencionados outra integrante muito importante foi a professora de atendimento educacional especializado (AEE) que é atuante na escola onde a pesquisa foi realizada o objetivo por trás da sua entrevista foi compreender as suas experiências e noções na inclusão de alunos contra o jornal do espectro autista e outras necessidades especiais.

A professora relatou possuir um amplo currículo com bastante informação específica e necessária para a função a mesma relatou que já houve grandes

mudanças na realidade da educação inclusiva em Balsas em comparação com anos anteriores. Porém ela realçou como extremamente importante a necessidade de melhorias em infraestrutura e na conscientização da sociedade, sobretudo da comunidade escolar a respeito da presença da família nas escolas.

As principais estratégias didáticas mencionadas pela professora de AEE foram o uso de jogos educativos e mídias digitais voltados para as especificidades dos alunos como por exemplo as dificuldades na socialização além disso ela reforçou a Extrema importância do envolvimento familiar no processo de aprendizagem e explicou que de início ela faz reunião com os pais tentando identificar o que cada aluno tem de necessidade.

A adequação curricular e o uso de estratégias personalizadas são fundamentais para atender à diversidade e garantir a aprendizagem significativa dos alunos (Zanatta, 2020, p. 3).

Segundo Zanatta (2020) a adaptação curricular é um meio de equiparar as oportunidades entre alunos com e sem deficiência pensando nas especificidades que cada deficiência pode amparar, diante disso quando a professora de AEE menciona o trabalho com o aplicativo isso são exemplos práticos de adaptações curriculares voltadas para a intervenção.

A professora avaliou as capacitações oferecidas como de boa qualidade e recorrente, mas relatou que existe a necessidade de aprimoramento dentro dessas formações continuadas como por exemplo no caso de alunos autistas: uma possível formação sobre a análise do comportamento aplicada (ABA).

No que diz respeito a colaboração com outros professores a professora descreveu como positiva grande parte dos professores busca suas orientações, porém ela realçou que existe uma falta de apoio principalmente de parcerias externas e sugeriu por exemplo a parceria com a universidade e a secretaria de saúde.

4.3.1 Desafios

Os desafios enfrentados por professores de língua portuguesa no ensino de língua materna para alunos autistas são variados, eles vão desde aspectos pedagógicos e sociais a aspectos estruturais. No campo dos desafios estruturais podemos elencar a insuficiência ou até ausência de recursos materiais e tecnológicos as escolas públicas geralmente não possuem recursos específicos como softwares educacionais jogos interativos e materiais adaptados que atendam as necessidades

dos alunos autistas.

Os professores do ensino regular consideram-se sem competência para atender às diferenças nas salas de aula, especialmente aos alunos com deficiência. (Mantoan, [s.d.], p. 8)

O presente excerto funciona como validação teórica para o fato de que é um desafio a ser enfrentado pelos professores estabelecer meios para uma educação inclusiva, o problema vem muito antes da sala de aula ele começa no preconceito enraizado da nossa sociedade e o que acontece nas escolas é apenas um reflexo desses anos de descaso.

Os recursos citados são de extrema importância para que seja possível experiências de aprendizado que considerem as individualidades desses alunos tornando a construção do conhecimento, mas significativa. Outro aspecto que tem muito peso diante da realidade das escolas é a infraestrutura que é inadequada para oferecer um ambiente de aprendizado inclusivo entre os principais problemas de infraestrutura nós temos: salas de aula superlotadas, ausência de espaços específicos para atendimento educacional especializado ou sala de recurso multifuncional dificulta práticas mais inclusivas no cotidiano escolar.

A formação continuada será significativa ao professor quando houver maior articulação entre teoria e prática. (Chimentão, [s.d.], p. 4) A presente citação vai de encontro com os relatos dos professores anteriormente mencionados, estas incoerências entre o que é proposto e ensinado aos professores e a realidade da sala de aula acabam gerando desconexão com a realidade, o que favorece a manutenção de uma estrutura educativa arcaica e preconceituosa.

No campo pedagógico a formação continuada ainda é um grande desafio muitos professores afirmam não receber durante a sua graduação a qualificação necessária para aprender a lidar com a diversidade de necessidades educacionais incluindo o autismo mesmo com os cursos eles acabam não abordando de maneira prática ou aprofundada as estratégias que podem ser aplicadas dentro da realidade escolar. A falta de noções a respeito de comunicação alternativa e técnicas específicas de ensino e metodologias ativas transformam o processo de adaptação curricular em um desafio adicional. Adaptação dos conteúdos para alunos autistas demanda orientação pedagógica clara criatividade e tempo elementos que por vezes não estão disponíveis no cotidiano escolar.

No que diz respeito à consciência social, questões como preconceitos

ainda são bastante vigentes no ambiente escolar, muitos estudantes autistas enfrentam problemas de aceitação por parte de seus companheiros de classe, e até mesmo dos próprios membros da comunidade escolar, o que pode indicar limitações na compreensão das individualidades do transtorno. Esse preconceito gera isolamento, limita as interações dos alunos e tudo isso afeta diretamente o desenvolvimento global deles, além disso a falta de iniciativas que promovam a inclusão social e educacional reforça barreiras impactam o aprendizado e o bem-estar dos alunos.

4.3.2 Possibilidades

O panorama da educação especial no Brasil vem mudado nos últimos anos a visão existente sobre os alunos especiais é que eles são sujeitos com suas respectivas potencialidades e suas limitações, porém os avanços obtidos atualmente através de muita luta foram essenciais para garantir o direito da educação de muitos indivíduos com deficiência.

A evolução dos serviços de educação especial caminhou de uma fase inicial, eminentemente assistencial, visando apenas ao bem-estar da pessoa com deficiência, para uma segunda, em que foram priorizados os aspectos médico e psicológico. (Mantoan, [s.d.], p. 2)

Embora existam inúmeros desafios podemos esperar mudanças positivas para o futuro que podem transformar o ensino de língua portuguesa para alunos autistas em uma experiência, mas inclusive eficaz pensando nas condições da escola pública de Balsas. No que diz respeito à estrutura enfatiza-se a importância das parcerias com organizações não governamentais e iniciativas públicas e já são atuantes na inclusão de pessoas autistas as parcerias mencionadas podem facilitar a aquisição de materiais adaptados outra possibilidade que pode beneficiar o futuro do ensino de língua portuguesa para alunos com autismo seria a ampliação do atendimento educacional especializado ela poderia acontecer a partir de espaços dedicados ao atendimento desses alunos com o devido material pedagógico adaptado e profissionais especializados o que pode representar melhoria significativas a longo prazo na qualidade de ensino oferecida.

No que diz respeito à formação pedagógica, os cursos qualificatórios oferecidos aos professores são um recurso essencial à oferta da formação continuada

que aborda metodologias específicas para os alunos autistas como o uso de tecnologias assistivas e práticas lúdicas pode transformar o dinamismo na sala de aula. Outro fator a ser citado é uma abordagem pedagógica que inclua atividades que estimulem a participação ativa como projetos dramatizações e jogos que explorem as expressões criativas dos alunos essas práticas não se limitam a apenas promover o aprendizado, mas também ajudam na socialização entre os alunos, mas para que isso tudo seja possível é fundamental que a família se faça presente dentro da escola e acompanha o desenvolvimento de seus filhos.

A formação continuada de professores tem sido entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, realizado após a formação inicial, com o objetivo de assegurar um ensino de melhor qualidade aos educandos. (Chimentão, [s.d.], p. 3)

O presente trecho é entendido como um meio de justificar a importância da formação continuada, sabendo que ela representa uma grande possibilidade para o futuro da educação especial no país.

Diante de tudo que foi anteriormente mencionado devemos ter em vista que as possibilidades demonstram que com o planejamento e a colaboração é possível superar as limitações estruturais pedagógicas e sociais a integração entre professores gestores alunos e família pode criar um ecossistema educacional inclusivo onde cada aluno independentemente de suas particularidades tem acesso ao ensino de qualidade.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar o ensino de língua portuguesa para alunos autistas em uma escola pública da cidade de Balsas, tendo como foco de estudos desafios e possibilidades enfrentados nesse contexto. Um dos principais pontos levantados é que embora tenham acontecido avanços legais e nas diretrizes educacionais que são importantes quando observados na prática especialmente na vivência de sala de aula ainda se encontra dificuldade significativas estão a carência de recursos estruturais a formação insuficiente dos professores e os estímulos sociais que continuam a impactar negativamente o desenvolvimento desses alunos.

Porém a pesquisa também realçou inúmeras possibilidades que se implementadas podem transformar a realidade apresentada. Uso de metodologias inclusivas, formação continuada de professores e a transformação da consciência da comunidade escolar surge como caminhos promissores para uma educação mais inclusiva e acessível também podemos citar a integração das famílias e o fortalecimento das parcerias institucionais como estratégias que oferecem suporte eficaz aos alunos autistas promovendo aprendizagem e o bem-estar emocional.

Diante de tudo que foi apresentado devemos ter em vista que o ensino inclusivo para alunos autistas ainda enfrenta a Barreiras estruturais pedagógicas e sociais que necessitam ser ultrapassadas, mas as possibilidades mostradas na presente pesquisa mostram que com o devido planejamento, sensibilização, e investimento é possível construir um ambiente educacional inclusivo onde o direito dessas crianças seja respeitado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober. (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 745–764, dez. 2013.

AUTISMO E REALIDADE. **Marcos históricos do autismo**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BASTOS DELFRATE, C. de. et al. A Aquisição de Linguagem na criança com Autismo: Um Estudo de Caso. The Acquisition of Language in the Child With Autism: A Case Study. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 2, p. 321–331, 2009.

BELTRAME, B. S., & OLTRAMARI, A. P. (2023). Diversidade e Capacitismo: pensando as diferenças a partir dos estudos decoloniais e da teoria do feminismo negro. **Revista Intertextos**, 14(1), 90–108. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/71582>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. **Documento curricular do território maranhense: ensino médio / Maranhão**, Secretaria de Estado da Educação. — São Luís: 2022.

BRITES, Luciana. **Como é o Desenvolvimento da Linguagem no Autismo?** Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/como-e-o-desenvolvimento-da-linguagem-no-autismo/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2022: divulgação dos resultados**. Brasília: Inep, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e estados: Balsas – MA**: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/balsas.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em Revista**, Curitiba: n. 23, p. 185-202, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-46122018000400010&script=sci_arttext. Acesso em: 02 dez. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED, [s.d.].

MOURA DA SILVA, W de. Universidade Federal do Rio de Janeiro, **Faculdade de Letras Educação e Inclusão na sala de aula: Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa Inclusivos para Estudantes com Autismo**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14253/3/WMSilva.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2023

RAMALHO, Lidianie Quirino; GOMES, Sebastiana Aparecida Vidal. **A BNCC e as especificidades de crianças autistas no campo de experiências "Eu, o outro e nós"**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conbrale/2018/TRABALHO_EV109_MD4_SA3_ID562_21052018083035.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

SANTOS, Natanniele Felício dos; SOUZA, Janayna. Capacitismo no ambiente escolar: implicações para alfabetização científica do estudante com deficiência. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba: v. 7, n. 9, p. 86920-86934, set. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n9-042. Disponível em: <https://brazilianjournals.com>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SARTORELLI, H. ABREU Fonseca, K., & PAULA Bocardo Nunes Pinto, N. (2023). **O Capacitismo no Transtorno do Espectro Autista**. **Revincluso** - Revista Inclusão & Sociedade , 3(2), 19.

SILVA, Raquel Dias da; PALOMA, Michely Isber Ruiz. **Importância da formação do professor para o diagnóstico das dificuldades de aprendizagem e inclusão escolar**. 2014. Disponível em: https://repositorio.uninter.com/handle/1/1013?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAu8W6BhC-ARIsACEQoDC0jB4HdKylkhICGGCLGkDypgsMOSWZCCH3VDRm6wBMCyJLSCjcy_UaAvCFEALw_wcB&gclid=aw.ds. Acesso em: 02 dez. 2024.

SILVA, Aline Elizabety da; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. A inclusão de crianças com deficiência nas escolas regulares. **Ensaio Pedagógico**, v. 7, n. 1, p. 30-42, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n13/artigo3.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Luís: EDUEMA, 2023. 107 p. ISBN 978-85-86036-69-9.

ZANATTA, Michele Fiametti. A importância da implantação das salas de recursos multifuncionais e a atuação do profissional em Atendimento Educacional Especializado. **Caderno Marista de Educação**, Porto Alegre: v. 11, n. 1, p. 1-8, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/caderno-marista-de-educacao/article/view/37761/26661>. Acesso em: 02 dez. 2024.